

## Estudo de caso

### Criação do corredor de áreas protegidas na Terra do Meio, Pará

*“Comecei a perceber que olhando para mim, eu vi que tenho tudo a ver com a terra, porque eu nasci na floresta, eu sou raiz da floresta, a minha mãe é a floresta, o meu pai é a floresta, a minha vida é a floresta, a minha sobrevivência toda foi da floresta”*

– Raimundo Nunes Maciel “Boiô”, extrativista da Terra do Meio.



Marcelo Salazar/ISA

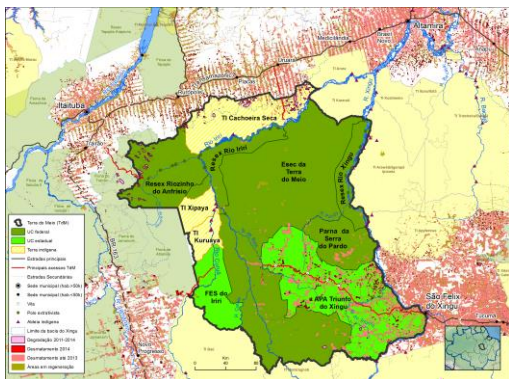
Vista aérea de comunidade extrativista da Terra do Meio, no Pará. Foto: Marcelo Salazar/ISA.

#### 1. Informação geo-referencial

A Terra do Meio, no sudoeste do Pará, é formada pelas Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri, Resex Riozinho do Anfrísio, Resex Rio Xingu, Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo e as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Xipaya, Curuaya, cobrindo assim uma área protegida de 8,48 milhões de hectares, conectados por uma malha de rios.

A Terra do Meio é coberta, em sua maior parte, pela floresta amazônica, além de formações de cerrado e zonas ecotonais. Essa região representa cerca de 6% do território do estado do Pará e abrange grande parte dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu e uma pequena parte do município de Trairão.

A região é irrigada pelo rio Xingu (Médio Xingu), e inúmeros igarapés que formam alguns dos seus afluentes, como o Riozinho do Anfrísio, e rios Curuá, Iriri e Rio Novo. O rio Xingu nasce no Planalto dos Guimarães (Mato Grosso) e deságua no rio Amazonas (Pará), formando uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, com 511.891 km<sup>2</sup> de superfície, da qual 65% estão situadas no estado do Pará.



## 2. Classificação do caso

A criação de um corredor de oito milhões de hectares de áreas protegidas no Médio Xingu, na chamada Terra do Meio, no Pará, é uma das conquistas do movimento socioambiental na Amazônia e exemplo de ordenamento territorial na região, contemplando os interesses e direitos das populações locais, especialmente os das comunidades ribeirinhas.



Vista do posto do Morro do Anfrísio, Terra do Meio. Foto: Lilo Clareto/ISA.

As Reservas Extrativistas (Resex) presentes no corredor garantem legalmente a conservação dos recursos naturais, as atividades econômicas e a posse coletiva da terra das populações tradicionais (seringueiros, castanheiros, babaqueiros, caiçaras, sertanejos etc). A regularização fundiária propiciada por esse tipo de UC

de uso sustentável facilita o acesso ao financiamento agrícola, programas de segurança alimentar e investimentos na produção.

A Terra do Meio tem mais de 90% de seu território ainda bem conservado, mas sofre com o avanço da fronteira agrícola e um intenso conflito fundiário que envolve desde as comunidades locais e fazendeiros até poderosos grupos econômicos nacionais. A área é alvo de grileiros, pistoleiros, garimpos e madeireiras ilegais por causa de seus imensos estoques de madeiras-de-lei, minérios, terras públicas e devolutas.

Trata-se de uma região de baixa densidade populacional e isolada, mas que serviu durante quase um século à extração e produção de látex natural, a seringa. A exploração deste recurso nativo, a partir do final do século XIX, foi um dos grandes fenômenos de produção nacional.

### 3. Características demográficas e culturais descritivas da população envolvida

“Mas a estrada que eu corto meu pai já tinha cortado, o pai do meu pai já tinha cortado e o pai do pai dele, porque aqui é uma coisa que você vai deixar para filhos e netos e continuar usando da maneira que a gente usa. Nosso futuro é aqui, nessa mata. Aqui é uma coisa que vai ficar para sempre” – Pedro Pereira de Castro, extrativista da Terra do Meio.

Em se tratando das populações tradicionais, há muitas semelhanças quanto ao uso da terra e às atividades produtivas nos diversos trechos pesquisados nos rios da Terra do Meio. O padrão geral assenta-se sobre uma economia de base extrativista e de subsistência.

Após o ciclo da borracha, a situação dos extrativistas da Terra do Meio foi agravada no tocante ao abandono em relação às políticas públicas de assistência ao longo dos últimos 40 anos, pós-construção da rodovia Transamazônica. Esta situação de abandono se reflete atualmente nos altíssimos índices de analfabetismo e em seu perfil epidemiológico, que inclui altas taxas de mortalidade infantil.



Coleta de castanha-do-pará na Terra do Meio. Foto: Márcio Souza/ISA.



Seus territórios foram recentemente reconhecidos e ainda sofrem pressões de degradação e exploração ilegal dos recursos naturais existentes, colocando esse grupo populacional em situação de alta vulnerabilidade e risco, agravada por sua invisibilidade e consequente exclusão social. A situação de isolamento e dispersão física da população, aliada a dificuldades de transporte e acesso aos centros urbanos, são um dos principais desafios a serem vencidos pelas políticas públicas de assistência.

Um problema grave é o alto índice de analfabetismo na população, entre as crianças e adolescentes. Em alguns casos, quando os adultos sabem ler e escrever, há um repasse de seu conhecimento para os filhos. Boa parte dos moradores não possui certidão de nascimento ou casamento e carteira de identidade.

Até meados da década passada, existia um vácuo de organização social e política nesta região. Em geral os núcleos familiares representavam o foco de organização social local. A igreja, um importante agente aglutinador e formador de opinião na zona rural da Amazônia e em outras regiões, vem atuando de forma pontual na região, fazendo somente batismos e casamentos.

Tal situação apresentou mudanças com a criação de associações de moradores e associações agroextrativistas nas UCs (Unidades de Conservação) da região. Além disso, iniciativas promovidas entre estas associações e em conjunto com ONGs, instituições públicas e empresas privadas mostram que a capacidade de organização destas comunidades aumentou significativamente nos últimos anos. Um exemplo de iniciativa neste sentido é a Semana do Extrativismo da Terra do Meio, que teve sua segunda edição no ano passado.



Extrativistas da Terra do Meio. Foto: Rafael Salazar/Poltrona Filmes.

As casas dos habitantes da Terra do Meio, em geral, são simples, de pau-a-pique (algumas revestidas com o barro branco – tabatinga) e recobertas de palha de babaçu. O meio de transporte mais utilizado pelos ribeirinhos é a canoa e a rabeta. Em geral, viajam para a cidade de ano em ano, sendo que existem moradores há anos sem sair do lugar aonde vivem. O fluxo de embarcações varia sazonalmente, sendo maior durante o período chuvoso.



Casa de habitante da Terra do Meio. Foto: Lilo Claretto/ISA.

Um dos principais recursos naturais extraídos e comercializados na região da Terra do Meio é a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*). Todavia, as distâncias e a sazonalidade na navegabilidade dos rios dificultam seu transporte e venda, que também depende da flutuação dos preços no mercado de Altamira, para onde segue toda a produção da região. Além dos regatões, a canoa é o único meio de transporte local, e o produtor de castanha acaba ficando nas mãos do atravessador.

Além da castanha-do-pará, a extração do óleo de copaíba (*Copaifera spp*, *Leguminosae*) e, principalmente, de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl. *Meliaceae*), são importantes para a economia local. O babaçu (*Orbignia spp*), outra espécie de importância econômica, é utilizado na região apenas para o consumo familiar. Do coco obtém-se o óleo para cozinhar e como combustível, para defumar a seringa. A palha trançada serve para a cobertura das casas. As matas de babaçu (*Orbignia spp*) aparecem muitas vezes associadas aos castanhais e aos sítios de ocupação de povos indígenas muito antigos.

Complementares às atividades de extração vegetal estão as atividades de caça e pesca, que ocorrem principalmente no verão. A pesca é uma importante fonte de proteínas e voltada principalmente para o consumo; eventualmente, vende-se peixe salgado para os regatões. Entre as espécies frequentemente capturadas estão o tucunaré, surubim, a piranha, a pirarara e o pacu.

A caça de animais silvestres é uma outra fonte ocasional de proteínas. Muitos moradores relataram caçar cerca de uma vez por semana. Entre as espécies mais frequentes estão a paca (*Agouti paca*), o porco do mato (*Tayassu tajacu*), o veado (*Mazama guazoubira* e *M. americana*) e a anta (*Tapirus terrestris*). Além de mamíferos, são capturados também tracajás nos rios (animais e ovos). Segundo relatos, a densidade destas espécies tem diminuído nos últimos anos, embora a pressão de caça deva ter sido muito maior no passado.

Assim como em outras áreas da Amazônia, as atividades extrativistas das populações tradicionais da Terra do Meio estão vinculadas à produção e ao consumo de mandioca, plantadas em roças itinerantes juntamente com outras culturas agrícolas anuais. O sistema agrícola é de corte-queima, favorecido pela ocorrência de manchas de *terra-preta de índio*, e envolve a rotação de área para o pousio. Esse sistema se adapta bem às condições físicas locais e ao regime de chuvas bem definido, com secas no verão (de maio a setembro) e chuvas no inverno (de outubro a abril).



José de Souza (Tuquinha), extrativista da Resex do Rio Iriri, lava a castanha do Pará de uma manhã de trabalho. Foto: Marcelo Salazar.ISA.

Esta diversificação de atividades econômicas, ligada às flutuações dos mercados regional e nacional, mostra que a ocupação tradicional nesses rios vai além do espaço delimitado pelas casas, quintais e áreas de roça. Isso pode ser comprovado pelas inúmeras áreas de vegetação secundária, ao longo dos rios, repletas de embaúbas, babaçus e cássias (chamadas localmente de canafístula, ou de “algodão bravo”), que coincidem com antigas moradias de seringueiros, muitos dos quais ainda moram na região.

#### 4. História da demanda e estratégia de acesso

“Antes, nem documento ninguém tinha lá dentro, depois que todo mundo foi reconhecido e documentado, aí todo mundo entendeu, principalmente eu, que nós temos nossos direitos, nós temos que correr atrás e lutar por nossos direitos” – Raimundo Belmiro, morador de Resex na Terra do Meio.

Os anos 1970 foram marcados pela construção de estradas e a chegada de projetos agropecuários, inicialmente incentivados pelo governo, e também por projetos de colonização privados. De maneira que a Terra do Meio foi invadida por populações de outras regiões do país, e toda a economia extrativista, que então já se encontrava em estágio decadente naquela região, foi totalmente desprezada. O novo modelo de ocupação fez com que as cidades, núcleos urbanos e fazendas voltassem às costas para os rios, crescendo ao longo das estradas recém-abertas.



Extração de madeira na Terra do Meio em 1994. Foto: Igor Mousastichshvily Jr.

Então, a partir da década de 1970, a população local ficou totalmente excluída do projeto de desenvolvimento regional. Muitos migraram das beiras de rios para as cidades, principalmente Altamira, o maior centro urbano de toda a região. Isso também decorria do fato de que já estava ocorrendo uma queda nos preços dos produtos extrativistas, o que causava um esvaziamento nos seringais e a falência da maioria dos seringalistas.

Quem acabou ficando foi a população que nascera naquela região, que se moldou àquela região, que desenvolveu formas adaptativas àquele ambiente e que conviveu com os povos indígenas nessa adaptação a uma região totalmente diferente daquelas de onde vinha.

Essa população também não tinha nenhuma profissionalização e a única possibilidade de sobrevivência era a de continuar a ser extrativista em uma região muito rica em termos de recursos naturais - o que fazia a sobrevivência possível. Não faltava caça nem peixe. Portanto não se tratava de uma situação de miséria, mas de exclusão e de isolamento. Mesmo com a decadência econômica, aquela população não passava fome. Mas a parte de serviços era bastante ruim, não havia assistência médica, por exemplo, mas ao mesmo tempo não havia epidemias.

A preocupação em relação à proteção e conservação da região do Médio Xingu originou-se da iniciativa de 114 entidades que integram o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), como parte da proposta apresentada ao governo federal visando o ordenamento territorial e o desenvolvimento sustentável da região.



Guarita da mineradora Canopus, na Terra do Meio. Foto: Igor Mousastichvily Jr.

O processo havia sido iniciado em 1997 com o Grito da Terra, quando as entidades locais clamavam pelo ordenamento fundiário da região e pediam que a Terra do Meio fosse destinada para a criação de Unidades de Conservação em uma lógica de proteção da região. Então o Ministério do Meio Ambiente (MMA) assume o compromisso de realizar o estudo para a destinação destas áreas e começa a procurar instituições para conduzi-lo.

O Instituto Socioambiental (ISA), a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e o Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM), junto com os movimentos locais, apresentaram a proposta ao governo no ano 2000, mas ela ficou engavetada até o início do governo Lula, quando Marina Silva assumiu o ministério e a proposta foi reapresentada.

Também contou para o andamento do processo mais um episódio violento do conflito social na região. Em agosto 2001, uma das principais lideranças do MDTX, Ademir Federicci, o Dema, foi assassinado diante de sua família por pistoleiros. O movimento lutava contra a grilagem de terras e a construção de hidrelétricas nos rios amazônicos, além de melhorias das condições de vida da população local. A morte de Ademir inspirou grande comoção na edição daquele ano do evento “Grito da Terra” e fortaleceu a mobilização das organizações locais pela criação de unidades de conservação na Terra do Meio.

O movimento social da região foi formado por gente que foi trabalhar nos empreendimentos agropecuários abertos a partir dos anos setenta na região, e que migrou do Sul do Brasil como colonos, sem nenhuma intimidade com a economia extrativista regional. A principal organização na região é a Fundação Viver, Produzir e Preservar, que de certo modo é a ONG do movimento social regional, reunindo sindicatos de trabalhadores rurais, entre outras entidades.

Essa população sempre teve um histórico de conflito com a grilagem de terras, e esses conflitos violentos fizeram tombar diversas lideranças do movimento social ao longo do tempo, principalmente nos últimos vinte anos. A segunda pressão decorreu da exploração madeireira, mais recentemente. Pois as áreas de floresta dentro dos loteamentos começaram a ser cobiçadas pelas empresas madeireiras, e



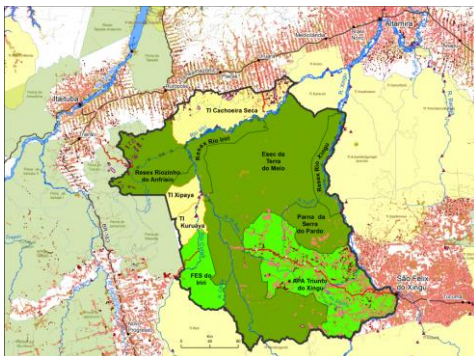
essa questão trouxe bastante preocupação para o movimento social da região, que é um dos mais conscientes e organizados de toda a Amazônia.

O movimento sediado na cidade de Altamira sempre teve uma visão clara do que precisava ocorrer na Terra do Meio, mesmo que não tivesse na projeção deles a clareza de que os colonos fossem ocupar aquela área. Era mais no sentido de criar um cinturão verde. A ideia é criar uma estratégia de sustentabilidade para a região, não apenas focada na economia extrativista, mas também na preservação ambiental.

As duas maiores UCs da região – a Esec da Terra do Meio, com 3,3 milhões de hectares, e o Parna da Serra do Pardo, com 445 mil hectares – foram decretadas, em 17 de fevereiro de 2005, como parte de um grande pacote ambiental que serviu como resposta do governo federal à série de assassinatos de trabalhadores rurais e líderes do movimento social do Pará, principalmente à morte da freira norte-americana Dorothy Stang, ocorrida alguns dias antes, em Anapu, uma das cidades da região.

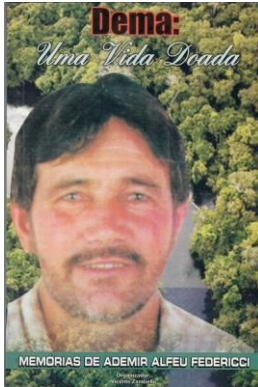
#### [Linha do tempo](#)

1997 – Movimento social e organizações da sociedade civil da região do Médio Xingu organizam o evento “Grito da Terra”, quando clamam pelo ordenamento fundiário da região, com a criação de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas. O governo federal assume o compromisso de estudar a região para definir a destinação das áreas.



O primeiro passo para a construção do mosaico de áreas protegidas na Terra do Meio foi a mobilização popular, que levou o governo a assumir o compromisso de definir a destinação das áreas. Mapa da Terra do Meio com as UCs. ISA.

2001 – Ademir Federicci, o Dema, um dos principais líderes do movimento social da região, é assassinado diante de sua família por pistoleiros. Dema lutava contra a grilagem de terras e a construção de hidrelétricas nos rios amazônicos, além de melhorias das condições de vida da população local. Sua morte provoca onda de protestos e fortalece a mobilização pela criação das Unidades de Conservação.



O Padre Vicente Zambello organizou o livro de memórias de Ademir Federicci, o Dema, líder sindical e ecologista assassinado na frente de sua família. Imagem: Divulgação.

2002 – O Instituto Socioambiental apresenta, sob encomenda do Ministério do Meio Ambiente, o estudo com a proposta de criação do mosaico de Áreas Protegidas na Terra do Meio.



PROJETO REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES E FORMULAÇÃO DE UMA PROPOSTA  
TÉCNICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UM MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MÉDIO  
XINGU

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES  
VERSÃO PRELIMINAR

ENCAMINHADO PARA  
SECRETARIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

NOVEMBRO, 2002



Capa do estudo com a proposta da criação do mosaico de Áreas Protegidas na Terra do Meio. ISA.

Novembro de 2004 – Governo Federal cria a Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.



Luiz Augusto Conrado Amaro (Machinha), Herculano Porto e o filho, Edileno (presidente da Amora - Associação de Moradores da Resex Riozinho do Anfrísio) apagam a vela em comemoração aos 10 anos de criação da Resex. Foto: Lilo Clareto.

- 12 de fevereiro de 2005 – A freira norte-americana Dorothy Stang é assassinada em um assentamento perto da rodovia Transamazônica, chamando atenção do mundo para os conflitos fundiários no sudeste do Pará.



Túmulo da missionária Dorothy Stang. Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil.

- 17 de fevereiro de 2005 – O governo federal cria a Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, com 3,3 milhões de hectares, e o Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo, com 445 mil hectares, as duas maiores UCs da região.



Paisagem da Estação Ecológica Terra do Meio, maior UC da região. Foto de Marcelo Salazar/ISA.

- Junho de 2006 – A Reserva Extrativista do Iriri é instituída pelo governo federal.



Placa mostra a entrada da Resex Rio Iriri, Terra do Meio, Pará. Foto: Acervo do Rio Iriri/ICMBio.

- Setembro de 2007 – Lideranças das comunidades ribeirinhas vão a Brasília reunir-se com representantes da Casa Civil para pressionar pela criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu.



Herculano Costa Silva, presidente da Associação dos Moradores do Médio Xingu (à esquerda) em Brasília, durante reunião com Johannes Eck, da Casa Civil, pedindo urgência na criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu, no Pará. Foto: Marcelo Salazar/ISA.

- Junho de 2008 - Governo federal cria as últimas unidades que completam o corredor de Áreas Protegidas, incluindo a Reserva Extrativista do Médio Xingu.



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com Herculano Costa Silva, presidente da Associação dos Moradores do Médio Xingu, logo após a cerimônia de assinatura de decreto criando três unidades de conservação na Amazônia Legal, entre elas a Resex do Médio Xingu, situada na Terra do Meio, no Pará. Foto: ASCOM/MMA

## 5. Aspectos legais do acesso e controle da terra, conflitos, outros atores

“O melhor meio que eu acho para impedir a entrada desse pessoal grileiro que estão vindo, madeireiro, fazendeiro, esse pessoal que está entrando aqui dentro, é fazer a demarcação da Resex e colocar placas, mas placas mesmo, não é uma placa aqui, outra no Riozinho do Anfrísio e outra lá no paiol não” - Raimundo Nunes Maciel “Boiô”, extrativista da Terra do Meio.

No processo de construção do corredor de áreas protegidas do Médio Xingu, no Pará, os movimentos sociais da região e organizações parceiras conseguiram fazer da demanda do estudo algo incorporado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em 2003, no início do governo Lula, a secretária responsável pela ações na Amazônia dentro do ministério, Mary Alegretti, que vinha do movimento extrativista, abriu o espaço para que, de fato, o estudo sobre o corredor fosse



realizado formalmente. Então, na verdade, a demanda pelas informações era mais do que do movimento social da região, era do próprio governo federal.

Esse aspecto deve ser ressaltado, pois a formação do governo Lula no começo do primeiro mandato continha pessoas que estavam comprometidas com os movimentos sociais. Portanto, o momento era muito favorável. Mas em seguida a criação do corredor vira uma diretriz política do ministério, pois uma coisa é o estudo sobre o conjunto de áreas protegidas ser feito, outra coisa é o governo criar as áreas propostas pelo estudo.

Não que o movimento social e as organizações envolvidas não tivessem seguido pressionando, nos anos seguintes, o governo para que as áreas fossem criadas. Até porque as populações que ali viviam e vivem estavam em uma situação de exclusão social total, então o peso político delas era quase nulo, pois eram comunidades que apenas começavam a se organizar em associações, trazendo como grande demanda a regularização de suas áreas.

O reconhecimento daquela área, com aquelas dimensões, seguia sendo uma questão sobretudo política. Tratava-se de mobilizar quase nove milhões de hectares para a criação de unidades de conservação, um grande desafio. Por outro lado, aquela era uma região reconhecidamente afetada pela grilagem de terras, com pouquíssima titulação de áreas. Portanto, do ponto de vista de enfrentar interesses privados legais, não havia muito problema em propor o corredor.

Mas o contexto era favorável, mesmo na esfera estadual, pois o então governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), aceitou bem a proposta apresentada pelo federal, não criando oposição significativa. A posição do governador decorria do fato de, naquela época, o estado do Pará ter um passivo de desmatamento muito alto. De modo que o político resolveu mostrar que também estava preocupado com a questão ambiental, e bancou a criação das unidades, o que fazia de certo modo dentro de uma conta compensatória.

Em relação ao governo federal havia alguns focos de resistência à implementação do projeto. Essa resistência vinha mais exatamente em função da demanda do setor energético, principalmente em relação à construção de um complexo hidrelétrico no rio Xingu que colidia com o projeto das UCs de forma pontual. Algumas das unidades que estavam sendo propostas incidiam sobre áreas onde estavam sendo previstos reservatórios de algumas barragens, sendo a principal delas a hidrelétrica de Belo Monte, na região de Altamira.

Esse aspecto representou a maior dificuldade no contexto do governo federal para a criação das reservas. O governo só liberou a última área, a reserva extrativista do Médio Xingu, quando tomou a decisão de que não iria mais construir o complexo de quatro ou cinco barragens, e que iria se restringir ao

projeto de Belo Monte. Só então o governo liberou a última área que estava pendente de reconhecimento, finalmente criada em junho de 2008.

A negociação com o Ministério de Minas e Energia (MME), que surgiu como um ator que apresentava resistência à criação da Resex do Médio Xingu, em função de Belo Monte, foi interessante em alguns aspectos. Primeiro que o ministério sentou para negociar, e a Casa Civil havia adotado uma postura muito mais de intermediação entre os diferentes interesses do que de simplesmente absorver a posição do MME. Uma postura até certo ponto inédita.

A negociação também se desenrolou pelo fato de o Ministério ter respondido a uma consulta do Ministério Público Federal, quando mandaram um documento deles deixando claro as objeções que tinham para cada uma das unidades propostas. Diante da lista de objeções do MME para a criação das UCs, foi apresentada uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), publicada pouco tempo antes, que afirmava que o aproveitamento hidrelétrico do Xingu previa apenas a usina de Belo Monte. Desse modo, o governo federal ficou contra a parede, pois havia uma contradição. E isso de certa forma obrigou o ministério negociar.

Outro fator importante no processo da Terra do Meio foi o papel exercido pelas lideranças locais. Pois além de elas estarem vivendo situações muito graves, de ameaças de morte, tiveram coragem de ir a Brasília se posicionar. Inclusive no MME. No dia da audiência com a coordenadora de Meio Ambiente do MME, a delegação contava com representantes das ONGs, parlamentares duas lideranças locais. E dois jornalistas estavam lá para entrevistá-las. A presença da imprensa e dos ribeirinhos pressionou a representante do MME a avançar na discussão e colocar claramente o motivo da resistência, o que permitiu que a resolução da Aneel fosse posta na mesa e desse início ao fim do impasse.

É importante ressaltar o papel do SNUC como marco legal que prevê diversas possibilidades de conservação ambiental. Entre as categorias de unidades de conservação previstas pela lei, há figuras que contemplam a existência de populações extrativistas, como as reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável. O trabalho na Terra do Meio se desenvolveu dentro deste marco legal, observando as diferentes figuras que compõem o sistema.

As reservas extrativistas na legislação brasileira (Trecho retirado da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que “regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”):

### CAPÍTULO III

#### DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1o A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3o A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4o A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5o O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6o São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7o A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

#### **6. Avanços na gestão da terra e território e expectativas econômicas, culturais, sociais**

“Não tinha escola, às vezes adoecia uma criança, morria à míngua, porque a gente não tinha um barco para levar, não tinha uma voadeira, e hoje nos temos escola, se a gente quiser uma voadeira para levar uma pessoa que está doente, a gente leva, tem uma pista de pouso, estamos realizando mais um sonho” – Maria Laura Mendes da Silva, moradora de Resex na Terra do Meio.

Na Terra do Meio, foram desenvolvidas ações que ajudaram a estruturar e desenvolver o associativismo local e iniciou-se trabalho de desenvolvimento das cadeias produtivas dos produtos extrativistas visando a apresentar opções para aprimorar o desenvolvimento econômico sustentável das populações tradicionais.

Foram desenvolvidas alternativas de mercado com a aproximação de compradores diferenciados para castanha, borracha, copaíba e outros produtos; foram desenhadas soluções tecnológicas de armazenamento e processamento de babaçu, andiroba e castanha, e retomada a produção de látex. Iniciaram-se experiências de implantação de fundos comunitários de capital de giro para apoiar a produção.



Produção de óleo de copaíba na Terra do Meio. Foto: Marcelo Salazar/ISA

Uma das ações foi a implementação de uma rede de cantinas comunitárias na Terra do Meio. Administradas por extrativistas escolhidos em suas comunidades, as cantinas permitem a troca da produção por outros produtos ou por dinheiro nas próprias comunidades. Associada aos contratos referendados pelas comunidades garantem transparência e confiança nas cadeias de valor envolvidas. A primeira foi implantada em 2011 e hoje somam 16 nas Resex e TIs da Terra do Meio.



Cantina na comunidade Morro do Anfrísio, Resex Riozinho do Anfrísio. Foto: Marcelo Salazar/ISA

A produção da Terra do Meio caminha para a potencialização do modo de vida extrativista, com manejo de um conjunto variado de produtos extraídos da floresta de forma sustentável para uma comercialização diferenciada. Um exemplo de iniciativa neste sentido é a parceria, iniciada em 2013, entre a fábrica de chocolates Cacaúway e os extrativistas das Resex da Terra do Meio, que permitiu que a empresa fabricasse bombons utilizando o cacau e as castanhas da Resex. Outras empresas, como a Wickbold, também desenvolvem projetos para adquirir matérias-primas produzidas nas Resex da região.

Nos últimos anos foram executadas, por instituições públicas e privadas, ações que possibilitaram avanços no sentido da consolidação das Unidades de

Conservação da Terra do Meio e na implementação de ações estruturantes, voltadas a atrair e acolher políticas de assistência, inclusão social e desenvolvimento econômico local.



Escola da comunidade Novo Paraíso, Resex Riozinho do Anfrísio, Terra do Meio. Foto: Marcelo Salazar/ISA.

Merece destaque a implantação de três polos de inclusão social e desenvolvimento socioambiental, um em cada Resex, com estruturas diferenciadas em condições de atender parte das demandas acumuladas das populações locais por saúde, educação e desenvolvimento econômico. Estes polos funcionam como localidades de referência para a população das Resex e para acolhimento e implantação das políticas públicas de assistência e inclusão.

Cada um dos três polos possui uma Unidade Básica de Saúde com 120 metros quadrados, residência para profissional da saúde, alojamento para profissionais de expedições da saúde, luz elétrica, poço semiartesiano, pista de pouso e estrutura para cursos de formação, com sala de aula, alojamento e refeitório. No entanto, esta estrutura não está integrada a uma estratégia de atenção das políticas públicas para esta região.



Posto de saúde na Resex do Riozinho do Anfrísio, Terra do Meio. Foto: Marcelo Salazar/ISA.

Em maio de 2014, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 835 que amplia em 80% os recursos para equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e Fluviais. A medida permite maior acesso das populações ribeirinhas à rede pública de saúde e foi elaborada a partir de diagnóstico realizado nas Reservas Extrativistas (Resex) do Riozinho do Anfrísio, Iriri e Xingu e que teve continuidade com consultas e



planejamento. Mesmo assim, com as regras em vigor, pouca coisa mudou efetivamente.

No manifesto da II Semana do Extrativismo da Terra do Meio, realizado em maio de 2015 na Reserva Extrativista do Rio Iriri, as populações tradicionais da região deixam claro que ações estratégicas para o desenvolvimento de sistemas adequados de educação, saúde, produção e comercialização de produtos florestais não madeireiros na região já resultaram em avanços para as comunidades.

Entre eles, estão a estruturação de 24 escolas nas três Resex da região (Rio Iriri, Rio Xingu e Riozinho do Anfrísio), além da construção dos polos citados acima, construção de mais postos de saúde, construção de 30 paióis familiares para armazenamento e boas práticas produtivas dos produtos extrativistas, estruturação de três mini usinas de beneficiamento de produtos florestais não madeireiros até maio de 2015 e outros avanços importantes para as comunidades habitantes da Terra do Meio.



Secagem da amêndoa de babaçu na mini usina de beneficiamento da Resex do Iriri, Terra do Meio. Foto: Marcelo Salazar/ISA.

Em 2015, foi lançado em Altamira o curso de magistério extrativista, uma proposta articulada pela Rede Terra do Meio e que ganhou forma com o apoio da Universidade Federal do Pará (UFPA). As aulas tiveram início no começo de 2016, formando professores que vivem hoje nas Resex da região. A iniciativa vai possibilitar que os professores formados na UFPA voltem para as Resex e contribuam para a educação de suas comunidades.

### Referências

Instituto Socioambiental. **Relatório final de atividades. Projeto realização de estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu.** 2003.

Villas-Bôas, André. **O corredor de áreas protegidas no Médio Xingu.** Instituto Socioambiental e The Rights and Resources Initiative. 2010.

Instituto Socioambiental. **Modelo de atenção integral à saúde das comunidades extrativistas isoladas geograficamente da Terra do Meio: Rio Iriri, Rio Xingu e Riozinho do Anfrísio.** 2013. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/relatorio.pdf>>

**Manifesto da II Semana do Extrativismo da Terra do Meio.** Altamira, Maio de 2015. Disponível em <[https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/manifesto\\_semana\\_2015.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/manifesto_semana_2015.pdf)>

Salazar, Marcelo; Villas-Bôas, André. **Depoimento: As Resex na Terra do Meio (PA).** In 'Áreas Protegidas'. Séries Integração > Transformação > Desenvolvimento. 2012. Fundo Vale

#### Reportagens

**Saúde para extrativistas começa a decolar em toda Amazônia a partir de impulso da Terra do Meio (PA).** Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/saude-para-extrativistas-comeca-a-decolar-em-toda-amazonia-a-partir-de-impulso-da-terra-do-meio-pa>>

**Rede Terra do Meio (PA) discute ações para territórios tradicionais.** Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/rede-terra-do-meio-pa-discute-acoes-para-territorios-tradicionais>

**Ribeirinhos e indígenas formam aliança para fortalecer a economia da floresta amazônica.** Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/ribeirinhos-e-indigenas-formam-alianca-para-fortalecer-a-economia-da-floresta-amazonica>

**Extrativistas da Terra do Meio (PA) terminam curso de Gestão Territorial e debatem futuro.** Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/extrativistas-da-terra-do-meio-pa-terminam-curso-de-gestao-territorial-e-elaboram-planos-de-futuro>

**Extrativistas da Terra do Meio (PA) constroem cadeia de valor gerando renda e protegendo a floresta.** Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/extrativistas-da-terra-do-meio-pa-constroem-cadeia-de-valor-gerando-renda-e-protectendo-a-floresta>

### Vídeo

**Terra do Meio.** Rafael Salazar. Altamira, Pará. Poltrona Filmes. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EXI5wQGawnQ>>

### **Créditos**

Instituto Socioambiental – ISA.

The Rights and Resources Initiative.

Mapa da Terra do Meio – Juan Doblaz (ISA).

Moradores e movimentos sociais das UCs da Terra do Meio.

Agência Brasil.

Victor Pires Ferreira Corrêa (sistematizador do caso).